

DF LETRAS

A REVISTA CULTURAL DE BRASÍLIA

ANO V Nº 51/53
CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

do tempo
após o
dece que tr
na notada
al, C. C
de 198
de 198

Drummond
do tempo
após o
dece que tr
na notada
al, C. C
de 198
de 198

DF
LETRAS
faz dez anos...

ORA
faz dez anos...

A ousadia
que deu
bons frutos

DF Letras.

A N O S

**Pirajibana
enfeitiça telegrafista
de Salinas**

**A crítica e a crítica
dos "comunicólogos
de carteira"**

Dos critérios da crítica

□ FLÁVIO R. KOTHE

O cânone brasileiro é a única formação literária que as crianças têm na escola. Ele é mais fraco e limitado do que se gostaria de acreditar, e mais calcado em interesses ideológicos do que na qualidade artística. Isso se reproduz no gosto dos críticos, nos julgamentos de prêmios, na má formação artística nas escolas, na decisão de adquirir livros...

Desencadeou-se em Brasília, pela imprensa, nesse primeiro semestre de 1998, uma discussão em torno da validade da literatura local, pois alguns literatos e jornalistas afirmaram que ela se reduz à vaidade, enquanto outros afirmam que há centenas de premiados na cidade. Cada lado quer ter razão, talvez nenhum a tenha. Talvez ambos a tenham, mas não eu.

Os jornalistas não ousam enfrentar a questão de como é que se distribui o espaço na imprensa para a resenha de livros, quais são os fatores que determinam que duas ou três editoras tenham os seus livros badalados, como se fossem todos de qualidade, enquanto o resto não tem vez. O espaço na imprensa não é proporcional à qualificação literária. Os jornalistas conseguiram um monopólio na imprensa, e podem, por isso, pôr-se a dar palpites em

público sobre áreas nas quais nem sempre dispõem da maior competência. Com isso, excluem outros, melhor especializados. Sob o ataque aos autores locais, pode haver uma afirmação de um monopólio jornalístico do mercado da palavra. As palavras dos poetas são, por outro lado, tão preciosas que ninguém paga nada por elas.

Há um consenso, entre os literatos, de que a crítica literária acabou, enquanto juízo criterioso e autônomo de uma pessoa bem formada e isenta, tendo sido substituída pela resenha publicitária, em que se predetermina se um livro vai ser elogiado ou condenado, conforme as conveniências dos grupos do poder, na área editorial e jornalística. Talvez a crítica isenta não tenha acabado, porque ela nunca existiu. O que havia, no passado, com as exceções confirmadoras da regra, era um discurs-





so de reforço, pelo comentário aparentemente crítico, do discurso ficcional feito de acordo com a perspectiva e os interesses da oligarquia mais ou menos esclarecida. Não há um passado glorioso a lamentar em função de um péssimo presente, que nos é imposto como se fosse presenteado. A crítica literária é algo a ser ainda construído, num país sem sólida tradição iluminista.

Homero foi esquecido por toda a Idade Média, mas Virgílio foi valorizado porque a Igreja achava que, ao descrever lulo, querendo legitimar a família Júlia, que o patrocinava, o autor estava profetizando o advento de Cristo. É possível mostrar, porém, como a *Ilíada* e a *Odisséia* são melhores em termos artísticos que a *Eneida*, e esta é melhor que *Os Lusíadas*. Rabelais foi perseguido por seu bispo porque cometia o crime de ler grego, e não só latim. Se os árabes não tivessem salvo muitos textos gregos, ainda um menor número deles teria escapado à sanha anti-pagã dos cristãos. Shakespeare não foi considerado um grande autor durante os séculos XVII e XVIII, enquanto preponderou o neoclassicismo francês, pois ele não obedecia às normas da unidade de tempo, lugar e ação. Ele só foi redescoberto com a tradução para o alemão, feita por volta de 1790, por Tieck e Schlegel, e que eclodiu o romantismo. Hölderlin demorou a ser entendido; Heine e Vítor

Hugo foram exilados, Baudelaire e Flaubert tiveram por prêmio serem perseguidos pela justiça. Se Goethe não tivesse providenciado uma tradução e uma edição alemã de *O sobrinho de Rameau*, esta obra não existiria. Diderot achava que o escritor devia morar na fronteira.

A carência de iluminismo continua. Se a publicação mais volumosa de filosofia está nas mãos de uma editora religiosa, por mais esclarecida que esta queira ser em alguns setores, no seu nóculo ela é crente e dogmática, sufocando a dúvida filosófica radical. O cânone brasileiro é a única formação literária que as crianças têm na escola. Ele é mais fraco e limitado do que se gostaria de acreditar, e mais calcado em interesses ideológicos do que na qualidade artística. Isso se reproduz no gosto dos críticos, nos julgamentos de prêmios, na seleção de obras a serem publicadas, na decisão de adquirir livros, assim como a má formação artística nas escolas e a falta de bons museus ajudam a fazer com que as pessoas costumem pendurar quadros ruins nas suas paredes.

Não basta o adulto ler Sófocles

ou Tolstói, para tentar preencher as lacunas de sua formação basilar. Ele tende a reduzir tudo ao horizonte dessa base, e daí não vai conseguir construir um prédio maior do que o possibilitado pelos fundamentos que lhe foram impostos desde pequeno. Por isso, não se pode confiar nos resultados dos concursos literários, nas apreciações jornalísticas, nos pareceres universitários, nas avaliações das editoras, etc. Tudo o que não estiver dentro do horizonte primário dessa formação não conseguirá ser percebido como valor. Todo texto que tiver mais densidade e complexidade do que o parâmetro médio do cânone não conseguirá ser apreciado, entendido, inteligido. Será, então, posto de lado, como algo que não tem valor. Ele parecerá não ter valor justamente por ter valor.

Todo julgamento "justo" será injusto, pois estará apenas ajustado aos padrões vigentes na estrutura profunda do cânone, da qual os julgadores não têm sequer consciência, e muito menos vontade de questionar. Pelo contrário, tenderão a repelir com horror o que estiver fora do enquadramento canônico. Farão isso de modo instintivo, com argumentos cuja superficialidade não aflorará porque não se terá atingido o nível mais denso do artístico e do filosófico.

Isso não é apenas futuro, mas presente e passado: muitas injustiças em

avaliações já foram feitas com a "maior honestidade". Não se trata apenas de "marmelada", de compadrio em julgamentos, para que os membros das comissões possam comer a sua parte, entrar no *do ut des*. Aqui se questionam apenas os julgamentos "justos", "honestos", "criteriosos". Não se trata só de julgar os julgadores, no sentido de duvidar que consigam ser bem criteriosos. O problema está nos próprios "critérios", nas normas ditadas pela estrutura profunda do cânone e que são reproduzidas nas apreciações literárias. Essas normas não são, em geral, percebidas como normas e como limitações, mas se pressupõe que aplicá-las é fazer justiça.

Toda literatura que

apresente o ponto de vista e a vivência dos excluídos e malversados do cânone (como índios, negros, mulatos, caboclos, imigrantes) não terá efetiva chance nesse sistema (embora este aparente incorporá-los, e incorpore, até como autores, à medida que adotem e representem a perspectiva do senhorio). Isso significa que, ou se desenvolve uma literatura de gueto, que realmente seja de gueto, portanto de exclusão da esfera pública brasileira, ou, se aparecer alguma "literatura de gueto" oficializada, ela será sempre alguma forma de traição do que realmente de-

veria ser a perspectiva e a vivência desse gueto. No primeiro caso, há de imperar o silêncio (que existe, por exemplo, em relação à literatura brasileira em língua alemã); no segundo caso, hão de se glorificar os oportunistas de sempre, cujo discurso servirá para silenciar aquilo que realmente deveria ser dito (será, então, o alienado que pretenderá ser o autêntico, a máscara que quer ser o rosto para melhor poder ocultá-lo).

Que os concursos para a seleção de professores nas universidades públicas às vezes obedecem mais a critérios de conveniência do grupo dominante no departamento do que a critérios puramente acadêmicos e que os candidatos injustiçados não tenham possibilidade de apresentar recursos em termos de conteúdos

é apenas um - ainda que silenciado - afloramento de um problema mais amplo de distorção de valores. Um outro, evidente, é o de apenas se ensinar o cânone brasileiro nas escolas, não ensinando os clássicos da literatura universal: perde-se muito tempo com obras de pouco valor, para não dar tempo algum a obras de grande valor.

Trata-se de uma profunda perversão de valores, mas que aparece como normal e, inclusive, como defesa dos valores mais altos, que são os de uma falsa "brasilidade". Em nome desta, tudo se destrói, a pretexto de tudo construir. Do mesmo modo, por toda parte se constroem igrejas e quartéis, mas poucos teatros e conservatórios; consagram-se criminosos como se fossem heróis, para melhor olvidar os verdadeiros heróis. Essa é a ordem, a normalidade. Não se percebe mais quão perversa ela é: parece perverso apenas quem supõe que ela é perversa.

A literatura é uma prostituta, que não só vai para a cama com todo leitor, mas deixa que cada amador trate de penetrar em sua intimidade e tenha nela o seu gozo. Ela própria só goza, porém, com quem tem talento. Todo aquele que vive às custas dela acha, porém, que, por ser gigolô, já consegue fazê-la gozar. A exegese canonizante finge que ela goza com muitos, pois organiza um coro que finge fazer a sereia cantar de prazer toda vez que passa o barquinho de um canônico. Mais ainda loas entoa quando o canônico é algum cônego, que carrega a sagrada hóstia da comunhão nacional. A sereia apenas finge, porém, que canta, e deixa que finjam por ela, como se deveras estivesse a cantar. O coro, ao ouvir a sua própria voz, acredita que ouviu a sereia, pois nada mais maravilhoso para ele do que a ilusão de que a sua voz é a própria sereia cantando.

